

A inserção das forças armadas na configuração do financiamento esportivo

The insertion of the armed forces in the configuration of sports financing

La inserción de las fuerzas armadas en la configuración de la financiación del deporte

*Caroline Schweigert Costa, *Mayara Torres Ordonhes, *Fernando Renato Cavichioli

*Universidade Federal do Paraná (Brazil)

Resumo. Este estudo teve por objetivo descrever como o esporte de alto rendimento brasileiro recebeu financiamento por meio de uma política esportiva envolvendo as Forças Armadas e quais os fatores que fizeram com que essa política perdurasse por mais de dez anos. Para responder ao objetivo proposto, utilizou-se como fontes de pesquisa a realização de entrevistas semiestruturadas com quatro dirigentes do programa. Foram identificados os fatores determinantes para a continuidade do programa evidenciados com maior frequência entre os entrevistados, sendo eles os benefícios do Programa de Atletas de Alto Rendimento, a adequação legislativa, as configurações sociais esportivas estabelecidas, os resultados obtidos e por fim a verba disponibilizada. Além disso, observou-se que o programa pode ser vantajoso para a representatividade das Forças Armadas e para a representatividade do Brasil em jogos internacionais militares, sendo caracterizado como uma alternativa viável, duradoura e benéfica para inúmeros agentes, desde atletas até instituições.

Palavras-chave: Esportes, Política pública, Forças armadas.

Abstract. This study aimed to describe how Brazilian high-performance sport received funding through a sports policy involving the Armed Forces and which factors made this policy last for more than ten years. To respond to the proposed objective, semi-structured interviews with four program directors were used as research sources. The determining factors for the continuity of the program were identified, evidenced more frequently among the interviewees, being them the benefits of the *Programa de Atletas de Alto Rendimento*, the legislative adequacy, the established sports social configurations, the results obtained and finally the funds made available. In addition, it was observed that the program can be advantageous for the representation of the Armed Forces and for the representation of Brazil in international military games, being characterized as a viable, lasting and beneficial alternative for countless agents, from athletes to institutions.

Keywords: Sports, Public policies, Armed forces.

Resumen. Este estudio tuvo como objetivo describir cómo el deporte de alto rendimiento brasileño recibió financiación a través de una política deportiva que involucra a las Fuerzas Armadas y qué factores hicieron que esa política durara más de diez años. Para responder al objetivo propuesto, se utilizaron como fuentes de investigación entrevistas semiestruturadas con cuatro directores de programa. Se identificaron los factores determinantes para la continuidad del programa, evidenciados con mayor frecuencia entre los entrevistados, siendo ellos los beneficios del *Programa de Atletas de Alto Rendimento*, la adecuación legislativa, las configuraciones sociales deportivas establecidas, los resultados obtenidos y finalmente los fondos puestos a disposición. Además, se observó que el programa puede ser ventajoso para la representación de las Fuerzas Armadas y para la representación de Brasil en juegos militares internacionales, caracterizándose como una alternativa viable, duradera y beneficiosa para innumerables agentes, desde atletas hasta instituciones.

Palabras clave: Deportes, Política pública, Fuerzas armadas.

Fecha recepción: 05-08-22. Fecha de aceptación: 25-03-23

Mayara Torres Ordonhes

mayaraordonhes@hotmail.com

Introdução

O Brasil tem por tradição a implantação de políticas públicas esportivas de financiamento que visam direcionar recursos ao universo esportivo (Ordonhes, López-Gil, Caregnato, Cavichioli, 2021; Costa, Caregnato, López-Gil & Cavichioli, 2021; Costa, Costa, Ordonhes, Zamboni & Cavichioli, 2021), tais como os clubes, as confederações, federações, entre outras instituições. São exemplos de políticas esportivas a Lei Zico (Brasil, 1993), a Lei Pelé (Brasil, 1998) e a Lei Agnelo Piva (Ordonhes, López-Gil & Cavichioli, 2022; Brasil, 2001), cada uma com sua particularidade, mas nenhuma com o principal escopo a entrega de verba diretamente ao atleta.

As legislações esportivas tinham a intenção de diminuir o poder dos clubes e melhorar a condição do atleta, entretanto, o financiamento muitas vezes não ocorria diretamente ao atleta, o que dificultava essa promoção ao atleta

diretamente (Monteiro & Cruz, 2018). A Lei Zico, entre outros aspectos, fez a previsão da descentralização do poder econômico, no sentido de uma participação menor do Estado e maior da iniciativa privada, mesmo assim, um financiamento diretamente ao atleta ainda não era algo bem consolidado e se quer proposto (Monteiro & Cruz, 2018), sendo que isto foi consolidado somente mais tarde.

Em 1998, já com cinco anos de existência da Lei Zico, ocorreram rupturas no cenário político brasileiro, como o *impeachment* do presidente Collor em 1992 e depois a vinda de Itamar Franco que ocupou a cadeira de presidente por poucos anos, chegando ao poder em Brasília Fernando Henrique Cardoso, o qual promulga a Lei Federal nº 9.615 de 24 de março de 1998, que recebe o apelido de Lei Pelé (Brasil, 1998). O seu maior legado foi a modificação a respeito dos passes dos jogadores de futebol, não tendo nenhuma ação inovadora a respeito do financiamento esportivo diretamente ao atleta das demais modalidades

(Bueno, 2008).

Nesse contexto, com a nova ordem financeira visando o esporte de rendimento, é aprovada em 16 de julho de 2001 a Lei Federal nº 10.264, conhecida como Lei Agnelo Piva (Brasil, 2001), que destinou 2% da verba das loterias para o esporte olímpico e paralímpico, trazendo com isso, uma nova realidade ao esporte de rendimento no Brasil. Após essa legislação, o esporte passou a obter uma gama muito maior de fundos para seu desenvolvimento (Bueno, 2008). Além disto, a política pública esportiva de financiamento direto chamada Bolsa Atleta, foi criada no ano de 2005 e iniciou o patrocínio de atletas de maneira direta, sem a necessidade de intermediação, inovando assim o cenário de financiamento esportivo (Camargo, 2020).

Em 2008, ocorreu a criação de um novo programa: o Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR), que apresentou os mesmos parâmetros de financiamento do Programa Bolsa Atleta, isto é, patrocinar o atleta individualmente (Costa, 2020). O Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) possibilitou o engajamento do atleta nas Forças Armadas, melhorando seu financiamento e possibilitando estrutura para treinos, além disto, o programa visou a obtenção de melhores resultados para as Forças Armadas nos Jogos Mundiais Militares (Costa, 2020).

O período de participação do atleta no programa tem a duração máxima de oito anos e obedece a critérios específicos do edital de contratação de cada uma das Forças Armadas e respectivas unidades militares a qual se refere o edital. No programa, os atletas de maneira voluntária se inscrevem para a análise de seu currículo esportivo, que leva em consideração seus resultados no período delimitado pelo edital de convocação. Após passar por entrevista e inspeções, aquele atleta que somar mais pontos será o escolhido para preencher a vaga disponibilizada. A partir disto, o atleta passa a contar com a estrutura das Forças Armadas, atendimento médico, nutricional, fisioterápico e psicológico. É importante ressaltar que o atleta selecionado pelo programa não precisará permanecer o tempo todo em um quartel ou mudar-se, necessariamente, para outro local de treinamento; ele terá que seguir a sua rotina de treinamento que será avaliada pelo seu treinador e pela comissão responsável do programa para aquela modalidade. Dessa forma, será decidido, em conjunto, qual a melhor maneira de condução dos treinamentos e do local onde irá permanecer (FAB, 2022).

Com essa parceria formada e com a expectativa de resultados mais expressivos, ocorreu um elevado investimento nas instituições militares (Ministério da Defesa) e no Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR). No ano de 2019 foram investidos 10 milhões de reais, valor este maior, uma vez que no ano de 2018 foram investidos 8 milhões de reais, segundo o Ministério da Defesa (Estado, 2022). Em 2022 um novo edital foi divulgado com intuito de convocar e incorporar novos atletas de alto rendimento e o programa ainda continua em vigência

(2023). Com base nisto, a problematização deste estudo gira em torno de como o Programa de Atletas de Alto Rendimento, desenvolvido pelas Forças Armadas do Brasil, influenciou no plano de ação do governo brasileiro e as configurações esportivas do Brasil.

Diante desta breve explicação, o objetivo deste estudo será o de descrever como o esporte de alto rendimento brasileiro recebeu financiamento por meio de uma política pública esportiva envolvendo um ente não usual, as Forças Armadas (FFAA) e quais os fatores que fizeram com que essa política pública esportiva perdurasse por mais de dez anos.

Método

Desenho do estudo

O presente estudo possui abordagem qualitativa, caracterizado como um estudo *ex post facto*. Para responder ao objetivo proposto, utilizamos como fontes de pesquisa a realização de entrevistas semiestruturadas com quatro dirigentes do programa.

Inicialmente, foi feita uma pesquisa ampla pra entender o que a mídia brasileira noticiava a respeito do PAAR, não foi colocado um recorte temporal para a pesquisa, sendo analisado tudo o que a mídia falava a respeito do tema, foram encontrados 857.000 inserções a respeito do PAAR e dessas foram filtradas as que possuíam relevância de pesquisa.

Já com relação aos dirigentes entrevistados estes trabalhavam diretamente com a aplicação e desenvolvimento do Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) nas Forças Armadas (Comissão de Desportos do Exército e Escola de Educação Física do Exército) e na atual Secretaria Especial do Esporte, sendo assim, a amostra foi definida de forma não-probabilística e o critério utilizado foi a proximidade dos entrevistados com o programa, sendo todos operadores diretos do PAAR no Brasil, sendo selecionados todos os gestores da Comissão Desportiva do Exército do ano de 2019.

Primeiramente em contato com o Comando do Exército foi possível compreender que a Comissão de Desportos do Exército é o órgão responsável pela gestão do PAAR no Exército Brasileiro (EB) nesse sentido procurou-se compreender como esse órgão funciona e foi realizada uma visita à Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), entrando como critério de inclusão os gestores do PAAR no EB e também aqueles gestores do PAAR na Secretaria Especial de Esportes. A visita aconteceu em julho de 2019; nessa visita foi possível analisar como funcionava a estrutura, além de conversar com as pessoas responsáveis pelo PAAR e dessa maneira verificar quem seriam as pessoas mais adequadas para responder as perguntas sobre o programa.

Chegou-se às pessoas que seriam entrevistadas, justamente o principal gestor do PAAR no país, que além de explicar como funciona a parte legal e legislativa do programa, é relator de modalidades do PAAR, então pôde-se

indicar quem seriam as outras pessoas a serem entrevistadas dentre estas da Secretaria Especial do Esporte. Foi utilizada como instrumento a entrevista semiestruturada que, segundo Triviños (1987), caracteriza-se por questionamentos básicos apoiados em teorias relacionadas à pesquisa; os questionamentos podem desencadear hipóteses que surgem com as respostas dos entrevistados. Esse tipo de entrevista, ainda segundo o autor, favorece a sua explicação e a compreensão de fenômenos sociais em sua totalidade (Triviños, 1987).

O presente estudo foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Paraná e os participantes concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (CAAE: número 2.748.001, parecer: 2.748.001, no qual consta a descrição do objetivo de pesquisa que é a investigação do desenvolvimento do esporte brasileiro a partir da perspectiva dos indivíduos que compõem o campo esportivo).

Após a realização das entrevistas, os dados foram inseridos no software NVivo – QSR International versão 12, com o intuito de sistematizar e organizar as informações, identificando possíveis categorias de análise e possibilitando responder ao objetivo do estudo.

Análise dos dados

As categorias de análise foram estabelecidas *a posteriori*, por meio da análise e sistematização das entrevistas no software NVivo – QSR International versão 12. Vale salientar que o software utilizado sistematiza as categorias com base na análise do pesquisador, logo, ele simplesmente auxilia na organização dos dados e é o próprio pesquisador que elenca as variáveis de relevância e conduz de maneira isonômica a obtenção dos dados a partir das transcrições. Ao ser inserida no software, cada entrevista perfaz um total de 100%. Conforme os trechos são sistematizados em categorias de análise, eles compõem o percentual da respectiva categoria.

Resultados

A partir da análise dos dados (análise completa da transcrição das entrevistas realizadas), foram classificados temas pela frequência que estas aparecem nas entrevistas. A partir disto, foram elencadas seis categorias de maior frequência: benefícios do programa ($f=27,08\%$), criação legislativa ($f=26,37\%$), configuração esportiva ($f=23,39\%$), fatores negativos ($f=25,77\%$), resultados ($f=8,52\%$) e verbas ($f=8,43\%$).

A categoria referente aos benefícios que o programa proporcionou as instituições envolvidas e aos atletas participantes foi a que apresentou maior incidência ($f=27,08\%$).

[...] Então, acho que todos os sentidos sejam internamente ou para o país, eu acho que o Programa em si ele é muito bom, claro que ele tem os quatro objetivos que é representar as Forças, o Exército em competições nacionais e internacionais, mas se ele está representando uma

competição Militar ou uma competição civil, enfim, depende em competições nacionais e internacionais, é bom porque quer queira quer não ele vai representar a imagem da instituição não só no Brasil como no exterior, seja em competições aqui nível brasileiro ou a nível mundial, a gente trabalha muito de motivar e transferir o conhecimento, então principalmente para o Desporto Escolar. (Fonte: C3)

Apesar de obvio, uma política pública tem uma probabilidade de perenidade muito maior se for benéfica aos envolvidos no processo.

A forma de elaboração legislativa também apareceu como um dos fatores relevantes para a perenidade do programa ($f=26,37\%$). A legislação do Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) foi uma adaptação da legislação de militares temporários, que permitiu a inclusão dos atletas como militares e dessa maneira possibilitou que os mesmos competissem nas competições militares e civis. E por esta alteração ter sido realizada de uma maneira que pode operacionalizar o programa, o Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) foi apontado como positivo na questão de adequação legislativa pelos entrevistados:

[...] houve uma iniciativa das Forças, não somente necessariamente do Exército, até porque a Marinha começou primeiro, mas houve uma iniciativa de que nós não podemos ser irrelevantes nessa competição, nós estamos sediando, nós temos que mostrar que nós temos o Desporto Militar bem desenvolvido, e aí foi a motivação para que o processo do PAAR fosse implementado, através de um edital público, essa foi a forma de implementação, em que primeiro buscou atender os requisitos legais para a incorporação. (Fonte: C2)

Tabela 1.
Categorias de maior frequência nas entrevistas

Categorias	C1	C2	C3	C4	Total
Benefícios do PAAR	15.38 %	2.38%	2.75%	6.57%	27.08 %
Criação legislativa	8.33%	6.54%	3%	8.50%	26.37 %
Configuração esportiva	5.81%	8.39%	4.67%	4.52%	23.39 %
Fatores negativos	11.54 %	5.94%	0	8.29%	25.77 %
Resultados	3.35%	3.35%	1.29%	0.53%	8.52%
Verbas	0	4.69%	2.61%	1.13%	8.43%

Os entrevistados souberam demonstrar, com suas palavras, as diversas configurações que o atleta pode formar ($f=23,39\%$):

[...] se o PAAR tem contribuído para a formação esportiva brasileira, eu acho que sim, eu acho que hoje é um Programa maduro, é um Programa já com dez anos, nós vamos celebrar isso agora, dez anos do PAAR no Exército, e eu acho que contribui hoje para o desporto nacional, já configura um apoio perene, que se busca manter, que os atletas já verificam de outra maneira como um apoio a mais, acho que a gente tem que pensar nisso, como um apoio a mais, não é o principal apoio, é mais uma peça da engrenagem do esporte nacional, o apoio dos clubes, das

entidades que descobrem os atletas, que formam, que fazem o polimento deles, depois o Governo Federal com Bolsa Atleta, Bolsa Pódio, e o Comitê Olímpico, as Confederações, Secretaria Especial do Esporte, e o Ministério da Defesa dando apoio para alguns atletas, então a gente tem acompanhado isso, a gente tem acompanhando os resultados dos atletas que fazem parte do nosso Programa e o alcance que ele tem nas competições, então agora nós estamos acompanhando nas modalidades, nas modalidades que nós temos atletas do PAAR, a gente está com um pouco mais de 70% das medalhas, o atleta é participante do PAAR [...] (Fonte: C2)

Foi evidenciando alguns fatores negativos ($f=25,77\%$):

[...] Então esse é o cuidado que a gente tem que ter, porque amanhã dentro do Exército ele vai começar “cara, pra que que meu pessoal está querendo o pentatlo? Convoça aí, temporário, e bota os caras aqui para fazer”. Então, outro exemplo fácil, eu posso pegar um atirador desse, trazer pra cá, para ele competir. “Não, tiro é com nosso pessoal.” Nós trouxemos atiradores, temos o Vu é um exemplo, temos a Roberta, mas são poucos, e estamos continuando fomentando o tiro, o Wu (sobrenome do atleta) tem aquele viés da propaganda. (Fonte: C1)

E caracterizando a influência nos resultados esportivos ($f=8,52\%$):

[...] Em 2011 nós tivemos um excepcional resultado, o Brasil ganhou, o Programa foi um sucesso, e ele (o Governo) viu que era um sucesso e continuou apoiando, porque a ideia inicial era apoiar até 2011, mas viu que teve um sucesso, aí participou antes da copa teve o Pan em 2011 em Guadalajara, foi bom, fizemos os Jogos Mundiais Militares, depois participamos das Olimpíadas de Londres, também bons resultados e aí foi só aumentando, aí depois, novamente, Pan de 2015. (Fonte: C3)

Por fim, foi elencada a categoria verba ($f=8,43\%$) como um fator relevante da perenidade da política pública, principalmente no sentido de não ter sido, no decorrer do período de sua vigência do PAAR realizado cortes orçamentários significativos nos salários dos atletas, que é o fator preponderante do programa, esse foi mantido sem grandes alterações, permitindo um repasse regular, entretanto no quesito estrutura, percebe-se que cortes existiram:

[...] então foi um esforço da Força para ver as vagas ociosas, porque essas vagas ociosas já mostravam que havia recurso para o pagamento de pessoal, então não havia uma necessidade política de conseguir mais recursos, mais investimentos. (Fonte: C2)

A verba destinada aos salários do PAAR é proveniente do Ministério da Defesa, por meio de previsão orçamentária para o pagamento dos militares temporários do poder executivo. Nesse sentido, as Forças Armadas (FFAA) destinaram verbas para poder manter esses atletas como militares. Logo, percebe-se que o consentimento do Poder Executivo e a vontade política é crucial para a manutenção do programa.

Discussão

Por meio dos dados obtidos, pode-se verificar que o Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) proporcionou muitos benefícios quer sejam eles diretamente relacionados aos atletas, quer sejam eles para as instituições envolvidas no desenvolver dessa política. Desde 2008 até 2022, o quantitativo de atletas beneficiados pelo programa foram 334 na Força Aérea Brasileira (FAB, 2022). De acordo com os entrevistados, os benefícios foram a representatividade, promoção da força (visibilidade das Forças Armadas) e a diminuição de uso do efetivo existente das Forças Armadas para o esporte representativo. Foram verificados também benefícios sociais, como o incentivo do esporte no ambiente escolar, essa afirmação pode ser verificada na fala dos entrevistados, os quais apontaram que um dos benefícios sociais era o exemplo dos atletas no ambiente escolar, pois muitos núcleos militares também participam do programa força no esporte (PROFESP), que trata-se de programa voltado para a formação integral da criança, como o próprio site do governo aponta, o PROFESP tem a finalidade de incluir crianças e adolescentes em vulnerabilidade social e proporcionar a eles a prática de esporte e de atividades que visam à educação integral, à disciplina e à consolidação de valores (Brasil, 2022). Muito evidenciado também pelos entrevistados o benefício recebidos pelos atletas, não somente de ordem financeira, mas na questão de benefícios médicos e de manutenção familiar.

Com relação à criação legislativa e a configuração esportiva relacionada ao Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR), pode-se verificar que o programa trata dos interesses que são demonstrados pelos diversos atores envolvidos, tanto atletas, treinadores, dirigentes, gestores e políticos. Norbert Elias deixa claro que não se pode encarar a sociedade como “coisa” e sim como elementos comunicantes formados por seres humanos interdependentes (Elias, 1980, p. 14):

Conceitos como família ou escolas referem-se essencialmente a grupos de seres humanos interdependentes, as configurações específicas que as pessoas formam umas com as outras. Mas a nossa maneira tradicional de formar esses conceitos faz com que esses grupos formados por seres humanos interdependentes apareçam como bocados de matéria-objetos tais como rochas, árvores ou casas.

Isso é muito evidente no objeto de estudo analisado, quando tratamos de legislação esportiva e principalmente quando analisamos o resultado que esta política pública obteve. Pode-se observar que as relações formadas por humanos independentes que estão submetidos à padronização legal de uma sociedade com diferentes interesses de poderes, com diversas entidades que participam do universo esportivo. Os indivíduos são primitivamente interdependentes e se associam para proceder sua existência, e por este motivo entendemos que também nas relações sociais de um Estado existem configurações que podem ser explicadas pelas teorias sociológicas apresentadas por Nor-

bert Elias (1980).

Pode-se observar alguns conflitos relacionados aos militares temporários e os de carreira. Com base nisto, os Comandantes têm tomando um cuidado maior com o desporto militar, para os militares de carreira e o desporto dentro do Exército não se torne obsoleto (C1). Tais conflitos podem ter sido subsidiados pela busca da obtenção de melhores resultados por parte da instituição militar, considerando a utilização dos militares temporários em eventos especificamente militares. Sabe-se que toda política pública, essencialmente uma política esportiva, necessita de resultados positivos para sua continuidade e aceitação popular. A busca por resultados fez com que o Brasil buscasse alternativas para ter uma participação expressiva nos megaeventos esportivos que o Brasil sediou e, como uma via de mão dupla, o programa pode contribuir para o alcance destes objetivos por meio do direcionamento de verbas aos atletas de rendimento.

A verba foi apontada como um fator relevante para a perenidade desta política pública, principalmente no sentido de não ter sido, no decorrer do período de sua vigência do PAAR, realizado cortes orçamentários significativos nos salários dos atletas, que é o fator preponderante do programa, esse foi mantido sem grandes alterações, permitindo um repasse regular, entretanto no quesito estrutura, percebe-se que cortes existiram.

Os entrevistados apontam que a verba tem a função de remunerar o militar temporário, apontando sua origem como verba da defesa “E o dinheiro destinado é para a formação e permanência do Sargento temporário e não específico do esporte, do Programa.” (C1). Além disso, apontam também que os gastos do Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) não é restrito a somente salários, também geram custos os atendimentos médicos e outros benefícios que os militares temporários possuem “E não só do salário mas também do atendimento médico hospitalar, de todas as outras vertentes que vem para o militar, estão destinadas para o militar e não especificamente para o Programa.” (C1).

Vale ressaltar que não existe uma relação direta de causa efeito com verba investida e resultados obtidos, pois uma série de outros fatores precisam estar associados para se obter o sucesso esportivo.

Essa relação de causa e efeito, isto é, de que um maior incentivo financeiro significa melhores resultados, nem sempre é verdadeira neste estudo. Foi possível constatar que o fato do atleta de atletismo estar entre os que mais recebem incentivo de um determinado programa, não garante a participação dele nas principais competições, nesse caso, os Jogos Olímpicos do Rio – tampouco garante resultados expressivos (Caregnato, 2018, p. 285).

Logo, é cediço que não podemos vincular uma causa e efeito entre dinheiro investido e resultados obtidos, porém também não se pode deixar de lado que para grande maioria dos atletas fez muita diferença a oportunidade de participar do PAAR, para tanto podemos observar na entrevista de C2 o seguinte relato:

[...] Quando acabou a instrução ele ficou quieto, eu vi e fui conversar com ele e eu falei: “Tudo bem?” E ele: “Tudo bem, eu estou chegando à conclusão de que eu não vou mais precisar trabalhar mais como porteiro, porque eu trabalho das 20hrs da noite às 8hrs da manhã como porteiro, vou para casa, descanso, almoço, na parte da tarde eu saio para treinar, e depois já emendo no meu treino, e agora com esse salário de Terceiro Sargento eu não vou mais precisar trabalhar como porteiro e ainda vou poder colocar minha mulher e meu filho recém-nascido (até conheci a mulher e filho na formatura dele) no plano de saúde” (C2).

Inevitável perceber nessa fala a influência positiva que o programa proporcionou na vida dos atletas e na satisfação dos dirigentes do programa em sua execução. A busca por resultados fez com que o Brasil investisse em alternativas para ter uma participação expressiva nos megaeventos esportivos que o Brasil sediou. A utilização das forças armadas como um parceiro de desenvolvimento de uma política pública esportiva de alto rendimento se perpetuou no tempo e se mantém trazendo o desenvolvimento do esporte de rendimento.

Segundo Menicucci (2006) o Estado utiliza das políticas públicas como uma estratégia interventiva e regulamentar estatal, que buscam como um de seus objetivos os resultados. Assim, não se pode furta que resultados são muito esperados quando falamos de uma política pública esportiva envolvendo esporte de rendimento, assim essa categoria encontrada traduz nas falas do entrevistados justamente isso, que desde a criação os resultados eram esperados e que o PAAR perdura também devido aos resultados obtidos em eventos esportivos que representaram o Brasil.

Apesar de não ser uma ideia inédita, pois alguns outros países já possuem programas de financiamento de atletas por meio das forças armadas, sendo alguns de maneira direta e outros como Rússia, Alemanha e Itália que financiam seus atletas indiretamente por meio de suas forças armadas (Houlihan, Green, 2006). Nesse sentido Alves & Pieranti (2007), assevera que o investimento no esporte de rendimento influencia positivamente a visão da sociedade para os governantes:

Note-se que, mesmo com toda sua ineficiência no que tange ao esporte brasileiro, o Poder Executivo foi de suma importância em determinados momentos e campos de atuação, notadamente a partir de iniciativas ou decisões políticas que tendiam a ser pontuais e esporádicas. Por meio do patrocínio das empresas estatais, por exemplo, o Poder Executivo, desde a década de 1990, fomentou o esporte competitivo de alto rendimento em diversas modalidades, como o basquete, a natação e o vôlei. Por outro lado, usufruíram os governantes, é certo, das benesses e da popularidade advindas desse investimento, por meio de autopromoção e vinculação de sua imagem ao sucesso de equipes e atletas (Alves, Pieranti, 2007).

Importante é citar que o envolvimento político no esporte é uma situação que se nota a muito tempo, desde que os governantes perceberam que o esporte poderia

trazer popularidade que tanto se almeja. O relacionamento humano pode ser traduzido em um jogo, que se transforma em um sistema complexo de interdependências, ele pode ser utilizado para compreender diversos tipos de grupos, desde menores até maiores, sendo que o que vai diferenciar tais relações são justamente as complexidades dessas relações, tendo em vista o tamanho do grupo (Garrigou, 2001).

Os governantes precisam saber como equilibrar os investimentos nestas políticas e a parceria com as FFAA foi interessante tanto para o governo, que teve uma visibilidade internacional, melhorou seu desempenho esportivo em eventos internacionais, bem como o apoio popular foi evidenciado fazendo com que o programa tivesse uma continuidade de mais de dez anos de duração. É válido ressaltar que não existe nenhum dado oficial sobre os gastos totais com os atletas pertencentes ao Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR), o que existe são os dados divulgados pelo ministério da defesa que foram citados anteriormente, pois ao aderirem o programa o atleta e sua família recebem atendimento médico, entre outros benefícios de um militar temporário.

Os entrevistados apontaram o Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) como uma política pública de sucesso, ao levar em conta os objetivos que eram esperados e os que foram formalizados nos editais do Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) por meio da Portaria n 1.416, de 18 de outubro de 2017. Evidenciou-se uma vantagem para atletas e para o esporte de rendimento nacional, o qual teve um desempenho positivo. Entretanto, esses fatores motivacionais e de engajamento e aceitação por parte de treinadores e atletas ao se submeterem a ingressar em uma força e cumprir algumas regras militares carecem de mais estudos acadêmicos para que seja analisado sociologicamente essas inclinações. Essa utilização do esporte pelo Estado, e no caso da implementação de uma política pública esportiva, nada mais é que uma ferramenta de consolidação do *habitus* comum (nacionalismo) ou ainda, segundo as palavras do autor, um símbolo de desenvolvimento e modernidade da nação.

[...]Um fenômeno social que trazia prioritariamente interesses particulares é forjado a carregar a bandeira do bem público, com vistas especialmente à constituição de um *habitus* nacional. Como contrapartida, o Estado oferece financiamento aos atletas e às instituições de promoção do esporte e instaura uma dependência tutelar do campo esportivo ao campo político/burocrático (Starepravo; Marchi Junior, 2016, p. 48).

Embora o presente estudo proporcione indicativos significativos sobre o Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR), possui algumas limitações que devem ser ressaltadas, essas limitações puderam ser percebidas nos pontos negativos citados pelos gestores, que de uma maneira geral apontaram algumas questões que acabaram sendo prejudicadas com a implantação do Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR), mais especificamente a questão de falta de incentivo ao desporto militar, o que fez com

que os militares de carreira deixassem de se interessar por competições de alto nível.

Conclusão

O presente estudo teve por objetivo descrever como o esporte de alto rendimento brasileiro recebeu financiamento por meio de uma política pública esportiva envolvendo um ente não usual, as Forças Armadas (FFAA) e quais os fatores que fizeram com que essa política pública esportiva perdurasse por mais de dez anos.

Pode-se evidenciar que o principal fator apontado para a continuidade do programa refere-se aos benefícios do Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR), sendo seguido pela boa adequação legislativa, as configurações sociais esportivas estabelecidas, os resultados obtidos e por fim a verba disponibilizada. Como benefícios, foram citados a representatividade, promoção da força (visibilidade das forças armadas), diminuição de uso do efetivo existente das Forças Armadas para o esporte representativo, incentivo do esporte no ambiente escolar, benefícios médicos e de manutenção familiar.

Os fatores negativos existentes foram citados pelos entrevistados, mas não foram impeditivos para a continuidade do programa. Por meio do estudo, pode-se observar que os governantes precisam saber como equilibrar os investimentos nestas políticas públicas e a parceria com as Forças Armadas pode ser interessante tanto para o governo quanto para as Forças Armadas, considerando a continuidade da gestão esportiva por parte do meio militar.

Além disto, observou-se que o Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) pode ser vantajoso para a representatividade das Forças Armadas e para a representatividade do Brasil em jogos internacionais militares, sendo caracterizado como uma alternativa viável, duradoura e benéfica para inúmeros agentes envolvidos, desde atletas até instituições.

Referências

- Alves, J. A. B., & Pieranti, O. P. (2007). O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. *RAE eletrônica*, 6. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482007000100002>
- Brasil (2021). Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2021/07/jogos-de-toquio-contam-com-mais-de-30-de-atletas-militares>.
- Brasil (2001). *Lei Federal nº 10.264, Lei Agnelo Piva, 16 de julho de 2001*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm.
- Brasil (1998). *Lei Federal nº 9.615 de 24 de março de 1998, mais conhecida como Lei Pelé*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm.
- Brasil (1993). *Lei Federal nº 8.672, foi promulgada em 6 de*

- julho de 1993, Lei Zico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18672.htm.
- Brasil (2022). Projeto Social PROFESP. Disponível em: <https://www.gov.br/esd/pt-br/projeto-social/profesp>.
- Bueno, L. (2008). *Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento* (Doctoral dissertation). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/2493>.
- Camargo, P. R. D. (2020). *O programa Bolsa-atleta: desenvolvimento da performance esportiva e política de Welfare State*. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/69714>.
- Costa, C. (2020). *Exército e o PAAR: processos de militarização no esporte nacional*. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/67327>.
- Costa, I. P., Caregnato, A. F., López-Gil, J. F., & Cavichioli, F. R. (2021). Atletismo: iniciação esportiva de acordo com atletas olímpicos brasileiros. *Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación*, (39), 163-168. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i39.78621>
- Costa, I. P., Costa, C., Ordonhes, M. T., Zamboni, K. J., & Cavichioli, F. R. (2021). The Brazilian program Bolsa-Atleta: relationship between investment and sports results from 2005 to 2016. *Research, Society and Development*, 10(3), e10910312699. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.12699>
- Caregnato, A. F. (2018). *O atletismo brasileiro a partir do entendimento de agentes: gestores, treinadores, atletas e ex-atletas*. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/56558>.
- Estadão. (2022). *Forças armadas vão investir R\$10 mi em atletas de alto rendimento em 2019*. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,forcas-armadas-vaoinvestir-r-10-mi-em-atletas-de-alto-rendimento-em-2019,70002698287>.
- Elias, N. (1980). *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- FAB. (2022) Programa Atletas de Alto Rendimento da FAB já incorporou mais de 330 militares. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/39065/PROGRAMA%20Atletas%20de%20Alto%20Rendimento%20da%20FAB%20%20C3%A1%20incorporou%20mais%20de%20330%20militares>.
- Garrigou, A. (2001). *O grande jogo da sociedade*. In: Garrigou, A., & Lacroix, B. (2001). *Introdução - Norbert Elias: o trabalho de uma obra. Norbert Elias: a política e a história*. Perspectiva: São Paulo.
- Houlihan, B., & Green, M. (2006). The changing status of school sport and physical education: explaining policy change. *Sport, education and society*, 11(1), 73-92. <https://doi.org/10.1080/13573320500453495>
- Menicucci, T. (2006). *Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos*. Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 136-164.
- Monteiro, M. C., & Cruz, J. A. G. (2018). *Uma Crítica às Políticas Públicas do Desporto no Brasil*. Revista Âmbito Jurídico, Salvador. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/uma-critica-as-politicas-publicas-do-desporto-no-brasil/>.
- Ordonhes, M. T., López-Gil, J. F., & Cavichioli, F. R. (2022). State aids received and their association with Olympic performance from Brazilian sports confederations. *Journal of Sport and Health Research*. 14(1): 61-74. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/JSJR/article/view/83052>.
- Ordonhes, M.T.; López-Gil, J.F.; Caregnato, A.F.; Cavichioli, F.R. (2021). Analysis of the Continuity of Brazilian Swimmers in the Bolsa-Atleta Program. *Revista Internacional de Medicina y Ciencias de la Actividad Física y el Deporte* vol. 21 (84) pp. 419-434. <https://doi.org/10.15366/rimcafd2021.83.001>
- Starepravo, F. A., & Marchi Júnior, W. (2016). (Re) pensando as políticas públicas de esporte e lazer: a sociogênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. *Revista brasileira de Ciências do Esporte*, 38, 42-49. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2015.10.008>
- Triviños, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. (1987). São Paulo: Atlas